



Intervenção proferida pelo Deputado Aires Reis, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 15 de Junho de 2004, sobre o Parlamento Açoriano.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Neste termo de legislatura não posso deixar de levantar nesta Assembleia Regional, uma preocupação sobre algumas questões que temos constatado nos últimos tempos e que se referem essencialmente a aspectos do funcionamento desta instituição.

Pretendo apenas, com este contributo, sugerir que no decurso da próxima legislatura seja possível proceder-se a uma necessária e ampla adaptação deste órgão às novas exigências e conceitos da sociedade açoriana.

Na realidade, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não tem a imagem que todos nós mais gostaríamos, junto da opinião pública.

São muitas as razões pelas quais isso acontece. E são bem conhecidas de todos nós. No entanto, existem naturalmente soluções para tão grave problema da nossa autonomia.

Muitas iniciativas poderiam e deveriam ser promovidas em prol da imagem do Parlamento Açoriano.

Basta para isso sentar à mesma mesa um conjunto de pessoas das mais diversas áreas, ouvi-las e depois tomar as medidas adequadas para por em prática as ideias seleccionadas.

Em primeiro lugar não é possível dar uma ideia concreta desta Assembleia sem o chamado «Canal Parlamento».

Num encontro sobre o Desenvolvimento Concelhio que se realizou, no passado mês, na Vila das Velas em São Jorge, numa comunicação pública do painel convidado para falar sobre a importância da comunicação social, este assunto foi abordado e concluiu-se mesmo que deveria ser estudado com maior profundidade.

Colocou-se mesmo a questão de que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não terá explorado devidamente as possibilidades técnicas e de custos, disponíveis no mercado, para operacionalizar o Canal Parlamento.

Neste momento, por exemplo, uma empresa dos Açores está a demonstrar na Feira da Tecnologia que esta a decorrer em São Jorge, como é possível montar um canal de televisão para o Parlamento, com tecnologia de ponta, e a preços que nada tem a ver com a recolha efectuada pela Comissão nomeada pelo Parlamento para esse fim.

É preciso, por isso, repensar todo este processo.

Temos consciência de que a criação do Canal Parlamento nos Açores será uma medida muito importante para divulgação dos nossos trabalhos bem como para encurtar distâncias entre o eleitor e o eleito.

A três dias de umas eleições onde a abstenção foi exagerada, não podemos ficar indiferentes a este grave problema, também da sociedade açoriana.

Diga-se o que se disser sobre as eleições mas a conclusão é esta: aqueles que exercem a actividade política têm que repensar muitas das suas iniciativas, a sua forma de fazer política e, muito particularmente, a divulgação dos seus trabalhos. Numa palavra têm que se adaptar à nova realidade.

Todos nós temos a experiência de um período onde a RTP/A fazia transmissões directas prolongadas sobre os trabalhos parlamentares. Estava a dar resultado. As pessoas estavam a começar a acompanhar a nossa actividade, nesta Assembleia, como seus representantes. Quantas vezes com criticas construtivas, achegas, sugestões, etc. O parlamento entrava, de facto, em casa das pessoas.

Mas a RTP desistiu desse trabalho, para desânimo nosso e dos açorianos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Muitas outras iniciativas poderiam fazer mudar a imagem do nosso Parlamento.

Refiro-me a iniciativas como por exemplo trazer a esta Assembleia um maior número de grupos de jovens e grupos de pessoas das mais variadas actividades profissionais. Ouvi-los mesmo no próprio parlamento sobre diversos temas. As suas preocupações e as suas sugestões não devem ser ignoradas. Alguns dirão que isso poderá trazer outro género de consequências, mas a verdade é que temos que inovar e reconquistar a necessária confiança no órgão principal da nossa autonomia.

Não podemos ficar agarrados aos métodos do passado.

É certo e sabido que mais facilmente uma pessoa que conhece este parlamento tem sensibilidade para o que aqui se passa do que as pessoas que nunca cá estiveram ou que nunca nos acompanharam.

Entendo portanto de fundamental importância trazer pessoas a esta Assembleia, mas, sublinho: por nossa iniciativa. Não de forma passiva, consoante os pedidos que nos aparecem.

É preciso em primeiro lugar que queiramos divulgar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, e esta decisão parece ainda não estar tomada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Outra questão que me parece importante é a de abrir a possibilidade de trazer a esta Assembleia pessoas especialistas em determinadas áreas para nos falarem – a nós e a todos os açorianos – sobre matérias que se entendam por convenientes devido à sua especificidade.

Algumas pessoas poderão pensar que não faz sentido porque já existe um espaço próprio para isso, mas a realidade é que esse, ou esses espaços, não têm o devido tratamento de divulgação.

Temos que ter abertura para alterar muita coisa neste Parlamento, com a urgência que não pode ultrapassar, em nosso entender, a primeira metade da próxima legislatura.

É imperiosa a necessidade de incentivar os jovens açorianos e de forma particular os novos quadros que se vão formando por toda a região, para a actividade política.

Temos, por outro lado, que fazer entender as nossas populações de que o desenvolvimento das nossas terras é decidido também através da actividade política, nesta Assembleia.

Numa palavra, temos pouco tempo – a avaliar pela evolução dos tempos – para alterarmos o funcionamento deste órgão, sob pena de hipotecarmos o capital de credibilidade que apesar de tudo esta casa ainda detém nas nossas ilhas.

Disse.